

**UMA PESQUISA ONOMÁSTICA:
NOMES DE CIDADES DO ESTADO DE ALAGOAS**

Pedro Antônio Gomes de Melo (UNEAL)
petrus2007@ibest.com.br

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre os nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos toponomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa – e axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios de pessoa – registrados na toponímia municipal alagoana. As análises revelam que nesse léxico toponímico, há uma preferência do nomeador para eleição dos antropotopônimos no ato de nomear cidades no estado. E ainda, que a economia e a política são os traços mais marcantes, como fatores influenciadores e/ou condicionadores na motivação toponímica, nos designativos de cidades do Estado em homenagem às figuras de relevância nestas comunidades.

Palavras-chaves: Onomástica. Léxico. Topônimo.

1. Considerações iniciais

O ato de nomear lugares – atividade eminentemente humana – evidencia os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o extralinguístico nele se reflete, sobretudo em seu léxico. Assim, a linguagem viabiliza ao falante-ouvinte representar a realidade física e social.

Sob esse olhar, este artigo tem por finalidade averiguar a relação simbólica entre língua e cultura nos nomes próprios individuais designativos de cidades do estado de Alagoas, à luz dos estudos toponomásticos, a partir de uma descrição-crítica dos antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios de pessoa – e axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios de pessoa – registrados no léxico municipal onomástico-toponímico alagoano.

O topônimo é o signo linguístico na função designativa de um espaço geográfico e/ou humano. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), ele representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado”, assim adquirindo “um significado que resume toda a história das relações econômicas, políticas, sociais, materiais e espirituais dos homens que vivem ou viveram no meio deno-

minado (CAMPS IGLESIAS; NOROÑA VILÁ, [s./d.], p. 11-12)

Nesse sentido, os locativos municipais alagoanos podem evidenciar a realidade do ambiente físico e antropocultural da região em tela na medida em que revela características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e de relevo, como também crenças, ideologias, fatos políticos, culturais e históricos.

Alagoas é um estado geograficamente pequeno com uma área total de 27.767,661 km², sendo o 2º menor do país. Faz fronteiras com os estados de Pernambuco (Norte e Noroeste), de Sergipe (Sul), da Bahia (Sudoeste), além do Oceano Atlântico (Leste). Seguindo a divisão proposta pelo IBGE, é formado por 102 municípios, que estão distribuídos em três mesorregiões (Agreste Alagoano, Leste Alagoano e Sertão Alagoano) e subdivididos em 13 microrregiões: 1 A microrregião de Palmeira dos Índios, 2 A microrregião de Arapiraca, 3 A microrregião de Traipu, 4 A microrregião do Litoral Norte Alagoano, 5 A microrregião de Maceió, 6 A microrregião da Mata Alagoana, 7 A microrregião de Penedo, 8 A microrregião de São Miguel dos Campos, 9 A microrregião Serrana dos Quilombos, 10 A microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco, 11 A microrregião de Batalha, 12 A microrregião de Santana do Ipanema e 13 A microrregião do Serrana do Sertão Alagoano.

Constitui, assim, a nomenclatura de suas municipalidades e, conseqüentemente, o léxico onomástico-toponímico municipal da microtoponímia do Estado, evidenciando com suas isoglossas os efeitos da sociedade na língua, como, também, a maneira pela qual o mundo exterior nela se reflete, sobretudo em nível lexical.

É importante não confundirmos o nome do município com o município propriamente dito, em outras palavras “o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações, carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador” (CARVALHINHOS, 2009, p. 83).

As pesquisas toponímicas, atualmente, revelam ser muito mais que uma área de investigação que trata, apenas, da questão de nomear lugares, esses estudos exercem vínculos com as etnias, com as denominações das sociedades de todos os tempos, com a cultura de cada lugar e influências internas e externas que as localidades sofrem e/ou exercem sobre os denominadores.

Sendo assim, os topônimos podem perpetuar aspectos históricos e

ideológicos de uma comunidade. Logo, observar intersecções línguo-culturais na onomástica é perceber como determinados aspectos culturais de um grupo se imprimem nestes designativos.

Sob essa perspectiva, estudamos neste artigo os antropotopônimos e axiotopônimos presentes no léxico onomástico-toponímico municipal do estado de Alagoas.

2. O léxico toponímico: os antropotopônimos e axiotopônimos

A toponímia – do ponto de vista linguístico – pode ser compreendida como um recorte lexical de uma língua. Trata-se de um ramo da onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, ato de nomear) e possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico. Neste trabalho, buscamos viabilizar a compreensão da inter-relação língua-cultura, por meio do estudo de uma parte do léxico de um grupo sócio-linguístico-cultural de Alagoas.

Nas palavras de Katamba (1993, p. 99), o léxico não consiste numa “lista passiva de palavras e de seus significados, mas um lugar cheio de vitalidade em que as regras são usadas ativamente para criar novas palavras”. Por conseguinte, compreendemos o léxico onomástico-toponímico “como um indicador línguo-cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura” (MELO, 2013, p. 162).

Assim sendo, os signos toponímicos “adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear. Uma vez que o léxico presente na língua de um dado grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia”. (Idem, 2012, p. 54).

Sob essa perspectiva, cabe aos estudos toponímicos “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações” (ROSTAIN, 1961, p. 7). E ainda, observar questões extralinguísticas de natureza física e antropocultural relacionadas à motivação toponímica, pondo em evidência fatos onomásticos, especialmente aqueles ligados à toponímia. Conforme postula Dauzat (1926, p. 7), ela “conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus traços”.

No léxico toponímico, essa relação língua/mundo fica evidente quando registramos os antropotopônimos, sejam prenomes ou apelidos de família, explicando sua origem, evolução e variação em função de local, época, hábitos e costumes e os axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais homenageando figuras de destaque das localidades nomeadas.

Estes topônimos, em geral, são sistemáticos e estabelecidos por Lei, normalmente sem consulta prévia à população dos municípios nomeados e a ela impostos pelas autoridades interessadas. Essa característica é bastante comum na toponímia, ou seja, homenagear personalidades detentoras do poder secular do Estado, formadoras do pensamento político e cultural do país.

O vínculo antropotoponímico em Alagoas, sob o prisma da onomástica, indica que o usuário da língua da língua atribui sentidos aos topônimos pela relação que se estabelece com historicidade, ou seja, pelo saber discursivo que se constitui ao longo do tempo e produz dizeres, com efeito, a memória discursiva torna possível esse dizer para esse sujeito num dado momento e que representa o eixo de sua constituição.

No mundo onomástico, este recurso lexical é bastante utilizado no ato de nomear cidades. Atestando a relação simbólica entre toponímia e homenagem ao poder refletida nos antropotopônimos e nos axiotopônimos.

3. Análise e resultados

Doravante, serão apresentadas as análises dos topônimos aqui estudados. O *corpus* lexical foi constituído por 14 (catorze) nomes próprios individuais identificadores de municípios alagoano levantados a partir de consulta bibliográfica junto ao banco de dados do IBGE na internet, como também, pesquisa documental realizada em documentos oficiais do governo brasileiro, no âmbito local e nacional, livros e revistas que tratavam sobre os municípios do estado de Alagoas.

Utilizamos o *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha (1986) para identificarmos o étimo dos topônimos; o trabalho de Souza & Koch, *Linguística aplicada ao português: morfologia* (1987) para as análises morfológicas e para análise dos aspectos taxonômicos dos nomes de lugares, seguimos as taxonomias toponímicas sugeridas e adotadas por Dick (1990).

Os antropotopônimos e axiotopônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas do modelo de Dick (1990) e distribuídos conforme as mesorregiões nas quais designam municípios alagoanos.

As fichas se revelam necessárias para a interpretação destes nomes próprios individuais, em virtude de conter vários campos conceituais que fornecem informações relevantes sobre cada um dos locativos que constituem o *corpus* desta pesquisa.

3.1. Mesorregião do Agreste Alagoano

Na mesorregião do Agreste Alagoano, registramos o antropotopônimo Paulo Jacinto, designando um município da microrregião de Palmeira dos Índios.

A motivação de natureza antropocultural está presente na designação desse município, primeiramente com o antropotopônimo Lourenço e posteriormente substituído pelo nome próprio individual atual, ou seja, pelo antropotopônimo Paulo Jacinto.

Na verdade, temos um caso de substituição sistemática por imposição do poder econômico, isto é, a direção da empresa Great Western enquanto fator condicionante impõe à mudança para homenagear a figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrângulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

3.1.1. PAULO JACINTO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Paulo Jacinto

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina: *paulus*, -i ‘pouco, pequeno’ + *sm. hyacinticus*, ‘pedra preciosa’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *paul*- + morfema classificatório vogal temática -o + morfema lexical *jancit*- + morfema classificatório vogal temática -o

Informações Enciclopédicas: Dois aglomerados humanos iniciais, estabelecidos na região, eram chamados pelas respectivas denominações de Lou-

renço de Cima e Lourenço de Baixo. O primeiro teve origem em uma capela erigida pelo proprietário, Antônio de Souza Barbosa, em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Nem ele nem Lourenço Veiga, pioneiros que deram grande impulso ao povoado, foram escolhidos para dar nome à cidade. Anos depois, já no regime republicano, a localidade passou a chamar Paulo Jacinto, por sugestão da direção da Great Western, em homenagem a Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrângulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Paulo_Jacinto#Etimologia

Também foram registrados 2 (dois) nomes próprios individuais na mesorregião do Agreste Alagoano relativos a prenomes, sobrenomes ou apelidos de família, homenageando figuras de destaque que tinham ligação com o local a ser nomeado.

Acreditamos que esses antropotopônimos formados por apelidos ou nomes de família refletem a forma encontrada pelos denominadores para distinguir pessoas e/ou famílias de destaque destas comunidades e estão relacionados ao anseio do denominador de reverenciar alguém notável em uma destas localidades ao longo do tempo, sendo o nome o meio utilizado para perpetuar tal ato.

3.1.2. COITÉ DO NOIA

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Coité do Noia

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem indígena tupi: *kuieté* 'cuia feita de coco cortado ao meio' + *noia* (não identificado)

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *Coite* (nome atemático) + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *noi-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Os pioneiros do lugar pertenciam à família Noia e lá havia pequenas árvores que dão fruto, o coité, o qual, aberto ao meio, é usado como cuia para beber água, medir farinha ou outros cereais. O povo colhia os frutos na propriedade dos Noia, popularizando assim a localidade com tal denominação. A família Noia, pioneira daquela região, era proprietária das primeiras quatro casas que lá existiam, pelos idos de 1880, conforme depoimento do mais antigo morador da cidade. Manoel Jô da Costa, oriundo de Limoeiro de Anadia, fixou-se naquela área pouco tempo depois, dedicando-se à agricultura e à atividade pastoril. Por volta de 1922, na divisão administrativa do estado de Alagoas, consta como um lugarejo pertencente ao

município de Limoeiro de Anadia. Um intercâmbio maior entre o povoado e as cidades vizinhas, proporcionado pela abertura de novas estradas, contribuiu decisivamente para que Coité do Noia passasse a ocupar lugar de destaque na região. Tal fato determinou a sua elevação à categoria de município autônomo, através da Lei nº 2.616, datada de 21 de agosto de 1963. Desmembrado de Limoeiro de Anadia, teve sua instalação oficial em 24 de setembro de 1963.

Fonte:

www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Coit%C3%A9_N%C3%B3ia#Etimologia

3.1.3. GIRAU DO PONCIANO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Girau do Ponciano

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: *gyrus* ‘derivado de giro’ significa tipo de armadilha para caça de animais + *do* (classe indeclinável) + de *greg. poncio*

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *gi-rau* + forma dependente *de + a = do* + morfema lexical *porci-* + morfema derivacional *-ano*

Informações Enciclopédicas: Um dos primeiros proprietários do lugar chamava-se Ponciano. Para facilitar sua atividade de caçador construiu um jirau, pequena armação de madeira onde ficavam os animais abatidos. Daí o antropotônimo Girau do Ponciano. Sendo assim, o designativo do povoamento se deve a um caçador de nome Ponciano que, acompanhado de dois companheiros, instalou um jirau para suas caçadas, aproveitando a caça abundante. Daí se fundou a primeira propriedade. Foi rápido o progresso de Belo Horizonte, primeiro nome do lugarejo. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936/37, figura no município de Traipu o distrito de Belo Horizonte. Pelo decreto-lei estadual nº 2909, de 30 de dezembro de 1943, o distrito de Belo Horizonte passou a denominar-se Ponciano. Elevado à categoria de município com a denominação Girau do Ponciano pela lei estadual nº 2101, de 15 de julho de 1958, desmembrado de Traipu.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Girau_do_Ponciano

3.1.4. MINADOR DO NEGRÃO

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Minador do Negrão

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: do francês *mine*, ‘manancial de riqueza’ + prep. lat. *de* + adj. lat. *niger, nigra, nigrum*, ‘preto’.

Estrutura Morfológica: elemento composto híbrido: morfema lexical *min-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema derivacional *-dor* + forma dependente *de + o = do* + morfema lexical *nigr-* + morfema derivacional *-ão*

Informações Enciclopédicas: O antropotopônimo de Minador do Negrão teve origem no fato de existir na propriedade de Félix Negrão, considerado o fundador da cidade, uma fonte de água cristalina de ótima qualidade e grande potencial. O município deve sua criação e povoamento a uma fazenda de gado que fora instalada em 1936 por Félix de Souza Negrão. É bem verdade que antes dessa época, já deveriam existir moradores em regiões próximas. Em 1940 foi criada uma feira livre, onde pessoas e comerciantes de outras regiões vinham para comprar e negociar. Em 1950 foi elevada à condição de vila, já que o progresso da povoação que ali se formava era uma constante. Sempre pertenceu a Palmeira dos Índios, de onde foi emancipado. Tornou-se município através da Lei nº 2470 de 27 de agosto de 1962, ocorrendo sua instalação oficial a 9 de setembro do mesmo ano, com o território formado por apenas um distrito, o da sede, situação que ainda hoje perdura.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Minador do Negr%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Minador_do_Negr%C3%A3o)

3.2. Mesorregião do Leste Alagoano

Na mesorregião do Leste Alagoano, registramos o axiotopônimo Marechal Deodoro, designando um município da microrregião de Maceió. Esse designativo municipal revela uma tendência de nomear cidades com nome de personalidades de relevo, assim como os seus respectivos títulos ou profissões.

3.2.1. MARECHAL DEODORO

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió

Topônimo: Marechal Deodoro

Taxionomia: Axiotopônimo

Etimologia: Composto de origem francês: sm. do fr. *maréchal*, ‘posto superior no exército’ + do latim *Deo*, ‘Deus’.

Estrutura Morfológica: Elemento Específico Híbrido: morfema lexical *marchal* + morfema lexical *deodor-* + morfema classificatório vogal temática *-o*

Informações Enciclopédicas: A cidade de Marechal Deodoro é um dos sítios históricos mais importantes do estado de Alagoas. Em 1591, já estava consolidado o seu núcleo urbano inicial, conquistado dos Caetés. Foi a primeira capital de Alagoas. O nome da cidade é uma homenagem ao proclamador da República brasileira Marechal Deodoro da Fonseca. Após a instalação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, a velha Alagoas passou a ter a atual denominação. Antes era conhecida como Vila da Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, ou simplesmente, Madalena. O município foi criado em 1636, em 1817 passou a capital da capitania de Alagoas, criada nesse ano, sendo o nome da vila alterado para Alagoas. Em 1823 foi elevada a cidade. A capital da província de Alagoas passou para Maceió em 1839. O nome da cidade foi alterado para o atual no ano de 1939, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, alagoano que foi o primeiro presidente da república do Brasil. Em 16 de setembro de 2006, dia da emancipação política de Alagoas, foi considerada pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Histórico Nacional, em virtude do seu passado e de ter sido berço do Marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República Brasileira.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Marechal_Deodoro#Etimologia

Uma questão interessante na antroponímia municipal alagoana e, provavelmente na toponímia brasileira, consiste no fato de que a presença dos antropotopônimos masculinos é mais expressiva que a dos femininos.

Acreditamos que esse fato pode ser explicado pela preferência em homenagear políticos, militares de alta patente e ricos proprietários de terras do estado de Alagoas. Como essas atividades, geralmente, não eram exercidas pelas mulheres, uma vez que durante séculos a sociedade brasileira seguiu um sistema patriarcal, não há recorrência de antropotopônimos femininos no léxico onomástico-toponímico municipal do Estado.

Foi registrado apenas 1 (um) antropotopônimo feminino no léxico onomástico-toponímico municipal do Estado: Colônia Leopoldina.

3.2.2. COLÔNIA LEOPOLDINA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Colônia Leopoldina

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: sm. do latim *colonia*, *-ae* e significa grupo de migrante, posseção, domínio. Séc. XVII. De origem latina *leopodina*.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *coloni-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *leopoldina*

Informações Enciclopédicas: Nasceu com a criação, pelo Governo Imperial, de uma colônia militar, em 20 de fevereiro de 1852, para combater os remanescentes dos revoltosos cabanos e papa-méis, instalados na densa mata do território que ia de Maragogi a Porto Calvo. A derrota dos rebeldes terminou com o posto militar avançado, em 1867, mas o povoado que se havia formado em torno dele, consolidou-se. O Imperador D. Pedro II visitou o lugar em 1860. Em vista disso, a antiga colônia homenageou a Imperatriz Dona Leopoldina, mãe do monarca. A Lei 372, de 1861, criou o distrito de Leopoldina e uma outra lei, em 1901, elevou-o à vila e depois município. Isso contribuiu para que a antiga colônia voltasse a progredir. Em 1923, passou à condição de cidade. A freguesia foi criada sob as bênçãos de Nossa Senhora do Carmo, mas a comunidade festeja, também, São Sebastião, São João e São Pedro.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Col%C3%B4nia_Leopoldina

3.3. Na mesorregião do Leste Alagoano

Na mesorregião do Leste Alagoano, registramos 2 (dois) antropotopônimos: Joaquim Gomes, designando um município da microrregião da Mata Alagoana e Teotônio Vilela designando um município da de São Miguel dos Campos.

3.3.1. JOAQUIM GOMES

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Joaquim Gomes

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem hebraico: *sm. Yhoyaquim* ‘o que Deus elevou’, + *sm. Gomos orius* ‘o homem de guerra’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *joaquim* (nome atemático) + morfema lexical *gomes*

Informações Enciclopédicas: seu antropotopônimo é uma homenagem prestada a Joaquim Gomes da Silva Rêgo que deu grande impulso ao povoado durante a sua formação histórica. Anteriormente, era uma pequena aldeia Urupe, chamada pelos índios de Urucum, que é o fruto do urucuzeiro uma substância que se extrai da polpa desse arbusto e é empregada na fabricação do colorau. O município de Joaquim Gomes tem suas origens históricas ao engenho São Salvador, de propriedade de José Correia de Araújo Barros. Em 1900,

Araújo Barros faleceu. Por razões de problemas financeiros que envolveram os seus negócios a sua propriedade ficou alienada a seu genro, Joaquim Gomes da Silva Rego, que tinha a patente de major da Guarda Nacional, resolveu tomar a frente dos negócios da família e adquiriu do banco credor a propriedade então alienada. Uma de suas primeiras providências foi dedicada à Nossa Senhora da Conceição graças ao espírito empreendedor de Joaquim Gomes, o local alcançou notável prosperidade. Antes do início da colonização daquelas terras, os índios urupês ocupavam a região ainda hoje existem descendentes desses indígenas habitando no povoado Cocal, são morenos com cabelos lisos e dedicam ao cultivo de lavouras de subsistência. A Pequena vila que se formou viveu uma fase de grande desenvolvimento tal fato ensejou o surgimento de movimentos para conseguir sua emancipação política.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Joaquim_Gomes

3.3.2. *TEOTÔNIO VILELA*

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Teotônio Vilela

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem latina:

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *teotônio* + *vilela*

Informações Enciclopédicas: Antiga Feira Nova, o povoado começou a ser formado na década de 50 do século passado em função de uma ponte construída sobre o Rio Coruripe, nas imediações do Engenho São Mateus, propriedade do senhor Samuel Pereira Sampaio. À época, fazia parte do município de Junqueiro. No início da década de 70, o empresário Teotônio Vilela comprou parte da propriedade. A partir daí, a povoação cresceu e passou a atrair novos moradores. Esse crescimento originou uma feira semanal que reunia gente vinda de outros locais. Com o passar do tempo, o lugar passou a ser chamado de Feira Nova. Em suas terras se localiza a Usina Seresta, empresa de propriedade da família Vilela. Quando do falecimento de Teotônio Vilela, seu nome foi dado ao município, uma homenagem à sua condição de destacado porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil, fato que apressou o fim do regime militar instaurado em 1964. Teotônio Vilela recebeu o epíteto de “Menestrel das Alagoas”. Em 1982, a vila elegeu três vereadores, que começaram de imediato o movimento pela autonomia. Através de plebiscito, Feira Nova decidiu pela emancipação política, com o nome alterado para Teotônio Vilela. O município foi criado em 1986. Somente em novembro de 1988, Fernando José Torres foi eleito o primeiro prefeito, tomando posse em janeiro de 1989.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Teot%C3%B4nio_Vilela

Também foram registrados 2 (dois) nomes próprios individuais na mesorregião do mesorregião do Leste Alagoano, homenageando figuras de destaque das localidades nomeadas.

3.3.3. ANADIA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel dos Campos

Topônimo: Anadia

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: O termo é de origem latina *anna + dies*.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *an-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + morfema lexical *di-* + morfema classificatório vogal temática *-a*

Informações Enciclopédicas: Até o período holandês, era conhecida como Campo dos Arrozais dos Inhauns, denominação que abrangia também São Miguel dos Campos e outras localidades vizinhas. Segundo os relatórios flamengos, eram “os mais férteis campos do Brasil”. Foi elevada à Vila em 1799, com a denominação de Vila Nova de São João de Anadia. Em 1801, quando foi elevado à categoria de vila, passou a ser chamada Vila Nova de Anadia, em homenagem ao Visconde de Anadia, ministro português que autorizou a criação da vila. A freguesia foi instalada em 1802. Fez parte da Comarca de Marechal Deodoro até 1833 e a partir desta data, passou para a Comarca de Penedo. Hoje, a cidade tem sua própria comarca. Elevado à condição de cidade com a denominação de Anadia, pela lei estadual nº 86, de 25-07-1895 e a categoria de município. Pela lei estadual nº 2507, de 01-12-1962, desmembra do município de Anadia o distrito de Tanque D’Arca. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 12-XII-1963, o município é constituído do distrito sede.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Anadia#Etimologia>

3.3.4. ATALAIA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Atalaia

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: sf. Sentinela, vigia. Século XIII. Do árabe.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *atalaia*

Informações Enciclopédicas: O nome do município foi dado por D. José I em 1764, em homenagem, provavelmente ao Visconde de Atalaia, fidalgo português muito amigo de D. José I. Contribui para isso o fato de que Atalaia começou a ser povoada por volta de 1692, tendo tido como primeiro nome Arraial dos Palmares. Portanto, até o ano de 1764, não há menção nos registros históricos do nome Atalaia. A ocupação das terras onde hoje situa-se o município iniciou-se por volta de 1692 por Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista contratado pelo então Governador da Província de Pernambuco Fernando de Souza Carrilho para destruir o Quilombo dos Palmares. Apesar do crescimento da povoação, o Arraial dos Palmares não era reconhecido pelas autoridades. Somente em 12 de março de 1701, o Governador da Província de Pernambuco recebe Carta Régia determinando a criação oficial do arraial, porém com o nome de Arraial de Nossa Senhora das Brotas. No entanto, este nome não caiu no gosto dos habitantes, permanecendo os habitantes utilizando a denominação Arraial dos Palmares. Somente em 1716, os filhos e a esposa de Domingos Jorge Velho recebem o decreto que doa a sesmaria onde hoje localiza-se Atalaia, como recompensa pela destruição dos Palmares. Durante o governo do Arraial dos Palmares, por seu intermédio, solicitaram ao governo português a elevação do arraial à categoria de vila. D. José I atendeu em parte às reivindicações da população, elevando o Arraial dos Palmares à categoria de vila, porém, com o nome de Vila de Atalaia, em homenagem ao Conde de Atalaia, seu amigo particular. Este decreto data de 1 de fevereiro de 1764, considerada a data de sua fundação. Foi a quarta vila criada em Alagoas, depois de Porto Calvo, Marechal Deodoro (antiga Alagoas) e Penedo.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Cra%C3%ADbas#Etimologia>

3.4. Na Mesorregião do Sertão Alagoano

Na mesorregião do Sertão Alagoano, registramos o antropotopônimo Delmiro Gouveia, designando um município da microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco, sua motivação é oriunda de uma figura ilustre da localidade, formado pelo processo lexical de composição por justaposição e constituindo um elemento específico composto.

O nome próprio Delmiro Gouveia se reveste de função denominadora, identificadora enquanto antropotopônimo, e passa a nome próprio de acidentes físicos. Em outras palavras, passa do significado lexical para o significado onomástico marcado em grande parte pelas relações sócio-políticas e ideológicas da região.

3.4.1. DELMIRO GOUVEIA

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Delmiro Gouveia

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfemas lexicais *deomiro* + *gouveia*.

Informações Enciclopédicas: O nome do município é uma homenagem à figura do empreendedor Delmiro Gouveia, que no início do século XX desbravou o território inóspito, trazendo o progresso para a região com suas atividades comerciais e industriais e a instalação de uma vila operária. Foi o responsável, também, pela implantação no local da primeira hidrelétrica da América do Sul. Antes do antropotopônimo Delmiro Gouveia, o lugar chamava-se Pedra, devido à grande quantidade desse mineral no solo da região. O povoado se constituiu a partir de uma estação da estrada de ferro da então Great-Western. As terras do atual município de Delmiro Gouveia, somadas às de Mata Grande, Piranhas e Água Branca, faziam parte das sesmarias que foram levadas a leilão, em Recife, no ano de 1769. Em 1º de novembro de 1938, o decreto-lei 846 criou o distrito com o nome “Pedra”. Foi chamado “Delmiro Gouveia” posteriormente, em consequência do Decreto nº 2.909, de 30 de dezembro de 1943. Em 30 de março de 1941 foi criada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, que hoje se encontra sob jurisdição eclesiástica da Diocese de Palmeira dos Índios. Desmembrado de Pão de Açúcar, conseguiu sua emancipação política quando foi criado o município pela Lei 1.623, de 16 de junho de 1952, tendo sido instalado apenas em 14 de fevereiro de 1954.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Delmiro_Gouveia

Também foram registradas 2 (duas) formas parentais nomeando municípios na microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco e na microrregião de Batalha, ambos localizados na mesorregião do Sertão Alagoano, homenageando personalidades locais de destaque por meio de apelidos de família.

3.4.2. OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião da Alagoana do Sertão do São Francisco

Topônimo: Olho D'água do Casado

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: composto de origem latina: séc. XIII, sm. *oculus*, -i visão, olho+ prep. *de* + sf. *aqua*, -ae água + prep. *de* + *casa*, -ae morada, vivenda.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *olh-* + morfema classificatório vogal temática *-o* + forma dependente *de* + morfema lexical *aqu-* + morfema classificatório vogal temática *-a* + forma dependente *de* + *o* = *do* + morfema lexical *cas-* + morfema derivacional *-ado*

Informações Enciclopédicas: Por ocasião da construção do ramal ferroviário da Great Western, os trabalhadores montaram o acampamento próximo ao lugar onde havia nascentes e onde buscavam água. Como aquelas terras pertenciam à propriedade do Sr. Francisco Casado, deram-lhe o nome de Olho d'Água do Casado. Até 1870 só existia na região a fazenda do agricultor Francisco Casado de Melo, onde hoje está a sede da prefeitura. Em 1877, a construção da rede ferroviária levou para lá o acampamento dos operários. Com o progresso veio o movimento pela emancipação. Em 1962, Olho D'água do Casado se tornou município, através da Lei 2.459. Formação Administrativa Distrito criado com a denominação de Olhos D'Água do Casado ex-povoado, pela lei nº 1473, de 17-09-1949. Subordinado ao município de Piranhas. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Olhos D'Água do Casado, figura no município de Piranhas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Olhos D'Água do Casado, pela lei estadual nº 2962, de 22-08-1962, desmembrado de Piranhas. Sede no atual distrito de Olho D'água do Casado ex-Olhos da Água Casado. Constituído do distrito sede. Instalado em 21-09-1962. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Ratificação da Grafia Olhos D'Água do Casado para Olho D'Água do Casado alterado, pela lei estadual nº 2962, de 22-08-1962.

Fonte: [http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Olho d%27Agua do Casado](http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Olho_d%27Agua_do_Casado)

3.4.3. MONTEIRÓPOLIS

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Monteirópolis

Taxionomia: Antropotopônimo

Etimologia: Composto de origem greco-romano *monteiro* (latim) + *πόλις*, pólis = cidade (grego)

Estrutura Morfológica: elemento específico híbrido: morfemas lexicais: *mont-* + morfema derivacional *-eiró* + morfemas lexicais: *polis*

Informações Enciclopédicas: Antes de denominar-se Monteirópolis, o local era conhecido como Guaribas, palavra de origem tupi que serve para designar certo gênero de macaco da América ou uma espécie de periquito. Não consta nos anais o motivo da utilização desse nome naquelas plagas sertanejas, em épocas mais remotas. Monteirópolis foi um nome escolhido para ho-

menagear um de seus grandes benfeitores e fundador. Por volta de 1870, os únicos moradores da região eram José Domingos Monteiro, Antônio Prudente, Pacífico de Albuquerque, Manoel Mingote e Manoel Antônio Barbosa. São eles considerados os primeiros habitantes e, conseqüentemente, os fundadores. O desenvolvimento de Monteirópolis somente alcançou fase áurea após 1902 com a chegada de novos habitantes. Foi devido ao progresso pelo qual estava atravessando a povoação que os homens responsáveis pela comunidade iniciaram a luta pela sua emancipação política. A Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960, concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para Monteirópolis, com o território desmembrado de Pão de Açúcar. A instalação oficial do município ocorreu em 13 de agosto do mesmo ano.

Fonte: <http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Monteir%C3%B3polis>

Também foram registrados na mesorregião do Sertão Alagoano, 2 (dois) axiotopônimos: Major Isidoro, designando 1 (um) município da microrregião de Batalha e Senador Rui Palmeira, designando 1 (um) município de Santana do Ipanema.

Cumpramos ressaltarmos que nestes nomes além de se destacar o nome próprio individual, também, enfatiza-se no designativo títulos e/ou dignidades que acompanham estes topônimos.

3.4.4. MAJOR ISIDORO

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Major Isidoro

Taxionomia: Axiotopônimo

Etimologia: Composto latino: sm. do latim séc. XIII *major* (*mayor*), *-oris* ‘comparativo regular de grande; ‘militar entre capitão e tenente-coronel’ + Isidoro.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfemas lexicais *major* + *Isidoro*

Informações Enciclopédicas: Antigo distrito de Sertãozinho, o município recebeu o seu atual nome em homenagem ao Major Isidoro Jerônimo da Rocha, fundador do povoado. A colonização começou quando Antônio Jerônimo da Rocha comprou uma propriedade na região e se instalou com a sua família. Dos filhos, apenas Isidoro manteve os negócios do pai, que era conhecido como patriarca de Sertãozinho nome de uma de suas fazendas. Isidoro lutou insistentemente pela emancipação. Em 1920, conseguiu que o Poder Legislativo, através da Lei nº 946, autorizasse o governo a elevar Sertãozinho a município. O governador não aceitou e manteve a área como distrito. Só em 1949 foi concebida a emancipação, desmembrando Sertãozinho dos municípios de Batalha, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios. Nessa época, Isi-

doro já estava morto, mas os moradores decidiram fazer-lhe a homenagem, dando seu nome à cidade.

Fonte: http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Major_Isidoro

4. Considerações finais

Após uma reflexão histórica e teórica sobre os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo os nomes próprios de pessoa – antropotopônimos e axiotopônimos – designativos de cidades do estado de Alagoas, permitem-nos tecer algumas considerações finais.

Destacamos que não registramos no léxico toponímico municipal de Alagoas nomes próprios individuais na antroponímia e axionímia da microrregião de Traipu, localizada na mesorregião do Agreste Alagoano; nas microrregiões do Litoral Norte, de Penedo e da Serra dos Quilombos, localizadas na mesorregião do Leste Alagoano; e ainda, na microrregião Serrana do Sertão Alagoano, localizada na mesorregião do Sertão Alagoano na função de nomear municípios.

Todavia, identificamos topônimos relativos aos nomes próprios individuais (antropotopônimos) nas seguintes áreas: 5 (cinco) na mesorregião do Agreste Alagoano, 7 (sete) na mesorregião do Leste Alagoano e 4 (quatro) na mesorregião do Sertão Alagoano. Já quanto aos topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais (axiotopônimos), foram registrados 1 (um) designativo na mesorregião do Leste Alagoano e 2 (dois) na mesorregião do Sertão Alagoano.

A relação entre toponímia e poder, expressada em homenagens a figuras representativas que detém o poder, geralmente integrantes da classe dominante, é fonte motivacional recorrente na toponímia municipal de Alagoas ao longo da história, exercendo, desta maneira, uma forte influência na vida e na identidade da população de cada município do Estado.

Em outras palavras, a economia (nobres, grandes empresários e fazendeiros) e a política (lideranças políticas) são traços, enquanto fatores influenciadores e/ou condicionadores na motivação toponímica, marcantes no léxico onomástico-toponímico municipal da microtoponímia do Estado refletidos nos antropotopônimos e axiotopônimos que nomeiam cidades alagoanas dados em homenagem às figuras de relevância so-

cioeconômica nestas comunidades.

Na antropônimo dos municípios alagoanos, o discurso da nacionalidade é bastante marcante, juntamente, com o discurso do memorável, determinando a maioria dos antropônimos, ou seja, designativos relativos aos nomes próprios de pessoa.

Outra questão interessante a ser observada, nesse léxico onomástico-toponímico, é a valorização de nomes individuais masculinos em detrimento aos femininos, expressando o pensamento vigente na sociedade, que normalmente ainda atribui à figura feminina um papel secundário em muitas instâncias da vida social, profissional e familiar.

Os dados toponímicos aqui analisados apresentaram em sua quase totalidade, exceto a cidade de Colônia Leopoldina, nomes individuais masculinos na função onomástica, sejam como antropônimos ou como axiotônimos, atestando que as mulheres, geralmente, não são homenageadas com nome de municípios em Alagoas.

Quantitativamente foram detectados 19 (dezenove) nomes próprios individuais, refletindo homenagens explícitas ao poder e estão representados em todas as mesorregiões do Estado, sendo 16 (dezesseis) antropônimos e 3 (três) axiotônimos, perfazendo um total de aproximadamente 84.3% de ocorrência daqueles em relação a 15.7% destes, demonstrando que no léxico toponímico municipal alagoano há uma preferência do nomeador, na categoria dos nomes próprios de pessoa, para eleição de antropônimos no ato de nomear cidades alagoanas.

Por fim, acreditamos que este estudo atestou a relevância das pesquisas toponímicas como forma de resgate de aspectos culturais e ideológicos dos grupos sociais, uma vez que os nomes de lugares evidenciam a realidade do ambiente físico e antropocultural de uma dada região na medida em que revela características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo, como também crenças, ideologias, fatos políticos e históricos. Dessa forma, percebemos o valor patrimonial do topônimo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31-04-2014.

CAMPS IGLESIAS, Alina; NOROÑA VILÁ, María Teresa. Aproximación al estudio de la toponimia cubana. *La Habana: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Literatura y Lingüística, [s./d.]*.

CARVALHINHOS, P. J. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra de memórias da rua do ouvidor de Joaquim Manuel de Macedo. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CIFE-FIL, vol. 12, n. 10, p. 83-99. 2009.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux: origine et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de p. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. – Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

KATAMBA, Francis. *Morphology*. Houndmills: The Macmillan Press, 1993.

MELO, P. A. G. de. Uma interface línguo-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. *Memento*, UNINCOR, Minas Gerais, vol. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

_____. Toponímia indígena: um estudo lexical dos nomes de municípios alagoanos de étimo tupi. *Veredas Favip*, vol. 6, n. 1, p. 161-179, 2013.

ROSTAIN, C. *Les noms de lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SOUZA E SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. G. V. *Linguística aplicada ao português: morfologia*. São Paulo: Cortez, 1987.